

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

PROJETO DE REFORMA

Outubro de 1967.

REFORMA DA P.U.C.

APRESENTAÇÃO

PRELIMINARES

A Universidade, no Brasil, surgiu com a criação de uma su per estrutura jurídica para coordenar unidades pré-existentes, as quais, malgrado sua aparente integração no quadro de uma entidade maior, continuaram a defender suas prerrogativas, permanecendo como células isoladas, vinculadas à tradição e à forma constitutiva original. Dificilmente aceitariam, assim, a subordinação a um conceito orgânico de instituição, em que representassem partes de um todo verdadeiramente integrado, com funções intercambiáveis e complementares, de tal sorte que o princípio da diversidade na unidade exprimisse o dado fundamental de sua prde nação.

O instituto da Faculdade de Filosofia buscou obviar esta situação atomística e deformante. A intenção do legislador, ao estabelecê-lo, era criar uma sorte de centro de Estudos Gerais, concentrando os campos básicos do conhecimento em uma só entidade e colocando-os, indistintamente, à disposição de todo o sistema. Mas, o próprio legislador, por sua vez, também manifestou-se tributário de uma mentalidade pretérita. Pois não foi capaz de vencer o preconceito da Faculdade, como única concepção possível de unidade universitária. Assim sendo, sua intenção trazia um estigma de origem. E, como tal, a Faculdade de Filosofia tornou-se, apenas, uma faculdade a mais, vinculada a objetivos profissionais, perdendo-se, completamente, a própria noção da finalidade precípua a que devesse atender.

A Universidade, portanto, subsistiu como um feixe de faculdades dispersas, heterogêneas, não integradas, tenuousamente subordinadas a um princípio jurídico, mas sem organicidade pedagógica ou administrativa, representando, em consequência, um todo disparato e incharacterístico.

rístico, tanto em sua morfologia, quanto em sua fisiologia.

O Parecer-Indicação nº 442/66, da Câmara de Ensino Superior, do Conselho Federal de Educação, ao analisar êsses aspectos, enfatizou a necessidade de se objetivar um espírito de reforma que buscasse "assegurar, de um lado, a unidade característica da concepção universitária e, de outro, a plena utilização dos recursos empregados em sua manutenção." Para o referido Parecer, o que se trata não é, propriamente, de "restaurar a universidade na universidade, já que não temos uma tradição interrompida a reestabelecer, porém, rigorosamente, de instaurá-la, pela integração das partes que não chegaram a resolver-se num todo maior".

Por isso mesmo, constatando o desgaste da Faculdade de Filosofia, em 30 anos de deformação, sugere o desdobramento e mesmo a extinção dessa Faculdade, com a transferência do setor pedagógico para entidade que lhe corresponda, ou a sua redefinição como unidade de estudos aplicados.

O problema da universidade brasileira, para o órgão máximo da educação nacional, é, portanto, fundamentalmente, um problema de estrutura. Somente encarado como tal pode ser resolvido. Quaisquer outras proposições constituiriam meros paliativos, de sentido evasivo, sem consequência nos fins a que deversem tender e nos meios que deversem empregar.

Mas, integralizando-a, para concebê-la como uma estrutura orgânica, ter-se-á de defini-la como uma entidade essencialmente dinâmica. E, assim sendo, não se trata de descrever-lhe, simplesmente, a anatomia, o que seria subordiná-la a princípio estático e condicionado pela rigidez da imobilidade. Porém, de vinculá-la a categorias de uma realidade em permanente processo de expansão e que, por si mesma, exprima atividade, vibração e energia. A universidade, entendida como uma realidade dinâmica, pressupõe uma estrutura capaz de progredir, menos pela adição sucessiva de unidades similares, do que pela interação de suas partes constitutivas, num jogo fecundo de múltiplas composições possíveis, de tal sorte a responder aos problemas e às solicitações do presente, ao mesmo tempo que contenha virtualidades suscetíveis de adequá-la, flexivelmente, a situações futuras.

A Universidade, como tal, torna-se uma realidade viva, in-

formada essencialmente pelo princípio das correlações orgânicas. Impõe-se, em consequência, definir-lhe a forma e estabelecer-lhe a organização.

Assim sendo, a ordenação de sua estrutura traduzirá uma exigência de harmonia, capaz de exprimir os inócentes atributos de coerência e proporção, pela racional disposição das partes em relação ao todo, de tal sorte que, entre a natureza e a função, se estabeleça a relação necessária, manifestando perfeita integração de meios e fins, pela coincidência de estrutura e objetivos.

Se partirmos do princípio de que a educação é um processo, em busca de uma plenitude, teremos de distinguir o seu aspecto intelectual, enquanto aquisição de conhecimentos, do seu aspecto axiológico, enquanto vivência de valores.

Entendida como participação passiva e ativa no processo cultural, a educação permite a transmissão da herança e proporciona a instrumentalidade indispensável para a transformação e síntese (elocubração e pesquisa) de novos conhecimentos.

Encarada como processo moral, evidencia que a noção de valor é que empresta a cada ser espiritual a sua característica própria. E porque o ser espiritual é um ser eminentemente comunitário, a personalidade se enriquece pela intercomunicação e interação social. Enquanto processo social, não faz sentido, pois, desligá-la do meio e da época. Destarte, incorporando-se à cultura, torna-se, pelo valor, capaz de transmiti-la e de fecundá-la (perspectiva histórica).

A dimensão da plenitude é o seu aspecto teleológico. A finalidade específica o conceito, ou seja, define o sentido da educação, naquilo que constitui a sua essência. O que supõe unidades de objetivos e de instrumentos.

Para que se atinja o ideal da formação integral do homem, há que se dispor de meios adequados, numa unidade explícita de propósitos, servida por instrumentalidade necessária, num sistema coerente e orgânico, que traduza, simultaneamente, finalidade, ordenação e racionalidade.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

A reforma da universidade, inequivocamente, se apresenta, assim, como um imperativo de transformação estrutural.

Não procederia a tentativa de buscar atualizá-la, a partir de dados e realidades denunciados pela própria experiência.

Há que se decidir concebê-la com espírito desvinculado de preconceitos e compromissos ultrapassados, numa atitude objetiva, apta a emprestar-lhe a definição consentânea com as finalidades a que deve servir, como instituição inserida num determinado espaço-tempo e capaz de visão projetiva, no pleno sentido dinâmico de suas funções. A universidade é a matriz da elaboração do pensamento, das respostas aos desafios emergências, propulsora das soluções necessárias, quer no campo da aplicação das ciências exatas, quer naquele das ciências humanas e sociais.

Formadora do homem integral, prepara-o para a confrontação com a realidade, de uma maneira eficiente e frutífera. Centro fecundo de transformação da sociedade a que pertence, sua presença marcará um compromisso de vitalização, numa atitude prospectiva e projetiva, capaz de permitir respostas válidas aos problemas da conjuntura e do contexto em que se integra.

Assim sendo, a missão de educar não se restringe à simples transmissão de conhecimentos. Enriquece-se e se completa pela revelação da arte de utilizá-los bem, adquirindo uma dimensão de sentido axiológico, determinando um conjunto de valores formativos da personalidade do educando, tornando-a responsável e dinâmica.

No plano de suas diversificadas funções, não se limita ao campo da formação graduada. Expande-se na área da pós-graduação, preparadora, em nível avançado, do potencial humano técnico-científico e dos quadros docentes superiores da nação; no campo da especialização e do aperfeiçoamento técnico e cultural; e na vasta faixa da extensão, em que, cada vez mais, se define a projeção da universidade aberta e a serviço da comunidade a que pertence. Pois a universidade é uma fonte permanente de aperfeiçoamento. E, por isso mesmo, ao lado de sua função sistemática, adquiriu, na fase contemporânea, uma nova dimensão e responsabilidade, abrindo suas portas a todos quantos não venham nela buscar, simplesmente, um diploma, mas a qualificação profissional e a atualização da cultura, processos indispensáveis de integração da universidade no meio, num alar

gamento de objetivos democráticos, crescentemente abrangentes e impos-
tivos.

De tal sorte, estabelece-se uma interação comunitária, ten-
do como epicentro a universidade, com função de microcosmo, onde a ex-
periência pragmática de uns enriquece o conhecimento de outros, onde a
troca de valores se torna cada vez mais nítida e objetiva, com vistas
à elucidação de problemas e ao encontro de soluções que sejam válidas
e aplicáveis a situações concretas.

Estes aspectos revelam como se tornou múltipla e diferen-
ciada a função da universidade hodierna. O acesso a ela se faz por vá-
rias vias. Embora tendo, em seus cursos regulares, finalidade pro-
cípua, nem por isto deixa de ser solicitada por várias formas de aten-
dimento das necessidades, tôdas elas integradoras da ação da universi-
dade na comunidade em que está inserida e de maior validade quanto à sua
imediate e versátil aplicação.

Por isto mesmo, reformar a universidade jamais se limita-
ria a meramente reajustá-la. Porém, consiste em lucidamente determi-
nar as linhas de consequência de sua definição. O que supõe estruturá-
la, em função dos fins a que se propõe, dos meios que deverá utilizar
para alcançá-los e dos elementos coordenadores e de comando, aos quais
compete a execução da política que, em etapas sucessivas, norteará a con-
secução de seus explícitos objetivos.

A noção de estrutura é o dado fundamental sobre o qual re-
pousa a intenção de emprestar, ao sentido da reforma, a dimensão exigi-
da pelas tarefas que lhe competem, no mundo moderno. O avanço da ciên-
cia, a explosão demográfica, as aspirações de ascensão social, o direi-
to à cultura, são realidades tangíveis que passaram a agir sobre o sis-
tema dos países secularmente sedimentados em suas instituições univer-
sitárias, forçando-os, a partir da última guerra, a medidas corajosas,
vicando adequar o ensino de nível superior às exigências quantitativas e
qualitativas da época presente.

A universidade tradicional que, no dealhar da era cientí-
fica, já havia sofrido um impacto em suas concepções, foi solicitada,
definitivamente, a integrar-se, como instituição, no sentido do mundo
novo.

Limitar-nos-íamos a recorrer, restringindo a citação a três
tipos diversificados de universidades tradicionais, aos exemplos da
França, da Holanda e da Inglaterra.

ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

Aconselhável, seria, pois, na intenção de emprestar ao conceito de reforma um sentido estrutural, definir, preliminarmente, a noção mesma de estruturas:

Estrutura Maneira pela qual um edifício é construído. Construção. Edificação.

Por analogia: Maneira pela qual as partes de um todo entre si se organizam.

Por extensão: Ordem, disposição, arranjo. (Larousse du XX siècle)

Teoria das Formas: Conjunto constituído por elementos solidários, de tal sorte que cada elemento encontre, no conjunto, um sentido que, por si mesmo, não teria isoladamente. Por oposição a uma simples combinação de elementos, um todo formado de fenômenos solidários, de forma a que cada um dependa dos outros e não possa ser o que é, senão por uma relação recíproca. De tal sorte, a maneira de ser de cada elemento depende da estrutura do conjunto e das leis que o regem. (Lalonde)

Em síntese: Maneira especial por que estão dispostas, em relação umas às outras, as diferentes partes que compõem um corpo. (Caldas Aulete). Disposição especial das partes de um todo consideradas em suas relações recíprocas. (Cândido de Figueiredo).

É preciso, contudo, salientar que as universidades não são homólogas. São entidades específicas. No dizer de Ortega Y Gasset, de têm expressão substantiva própria e não se devem definir em função de padrões determinados, porém, em virtude da missão que se propõem cumprir, no complexo institucional de que participam.

Não apenas em relação a instituições similares de outros povos, mas mesmo em confronto com aquelas do país a que pertencem, diversificam-se e distinguem-se por características próprias.

Assinalando, o tipo de universidade que pretendem objetivar condiciona-lhes a estrutura.

Cada tipo de universidade corresponderia, assim, a um conjunto de estruturas particulares, observando-se, contudo, que, de acordo com a teoria gestalista, a estrutura total não significa a simples

soma das estruturas parciais. Por conseguinte, a estrutura uma com - por-se-á de diversos elementos, orgânicamente articulados e em estado de permanente interdependência e solidariedade.

O que emerge, imediatamente, desta constatação é a rejeição do individualismo: como princípio e como fim. Portanto, também co mo meio. Assim sendo, na concepção da universidade, as células isoladas devem integrar-se, constituindo elementos orgânicos capazes de interação com elementos similares, dentro da estrutura comum do conjunto. Estes elementos constitutivos não carecem de ser necessariamente idênticos, porém, análogos. Não se trata de uma preocupação apriorística de simetria. Mas de uma concepção orgânica, genericamente aplicável e especificada, em cada caso. As linhas mestras se repetem; as aplicações se diversificam.

Desta maneira, os organismos se constituem, sem nenhuma im posição predeterminada. As aproximações far-se-ão normalmente, de tal sorte que as células procurem, naturalmente, as suas vizinhanças recíprocas, nas partes orgânicas que constituirão unidades maiores. Estas, por sua vez, interagem e estão em permanente relacionamento e dinamismo, na estrutura geral da Universidade.

Em decorrência, articulam-se natureza e função, explicitando-se os aspectos morfológico e operacional do tipo de instituição que se busca definir.

Porquanto, para dar exequibilidade à estrutura acadêmica, é mister a implantação de uma infraestrutura administrativa que lhe sirva de suporte. Pois, enquanto instituição, a universidade supõe governo. E, a este governo, se aplica a tese propugnada por Mannheim, subentendendo o jogo do poder, da liberdade e do planejamento.

Conseqüentemente, a idéia de estrutura está condicionada pela ordenação dos elementos que concorrem para o funcionamento dos diversos organismos da universidade, nos planos acadêmico e administrativo. O que supõe ação planejada.)

Já que a estrutura geral da universidade, sendo essencialmente dinâmica, sofrerá esforço permanente de cada uma das estruturas parciais, que a integram e compõem. Por isto mesmo, este dinamismo exige racionalização, sob pena de desenvolver-se à mercê do influxo de pressões espontâneas e descontroladas de crescimento, desatentas ao processo harmônico geral; às suas possibilidades de suporte (financeiras

ou de qualquer outra natureza); às necessidades de comando e, portanto, de subordinação a um plano diretor.

Pois as partes que compõem o todo, ou seja, os organismos que constituem a estrutura geral são, constataadamente, de tal forma integrados por caracteres coordenados, que a presença, ausência ou variação de um desses caracteres, na estrutura parcial, traz consigo a presença, ausência ou variações de outros caracteres, e reciprocamente, refletindo-se sobre a estrutura geral.

Assim sendo, um órgão especializado de planejamento torna-se impositivo, como um dos instrumentos indispensáveis do sistema administrativo da universidade, pois o planejamento, como instrumento de racionalização, não se limita ao tempo, mas representa um roteiro permanente de realização dirigida.

Porquanto não se devem descuidar os coeficientes de segurança, no crescimento da universidade. Ora, estes coeficientes só se podem estabelecer por ação planejada. O que não elide e nem impede o sentido de propulsão e a evidência da realidade eminentemente vital de todo orgânico.

Por outro lado, a ordem - que é a adaptação racional da diversidade num conjunto - supõe o estabelecimento das sucessivas etapas deste crescimento e a constante preocupação de harmonização das partes, de tal sorte a, progressivamente, vencerem-se as disparidades existentes, buscando a consecução do alvo que possa representar, num determinado instante de situação ótima, a perfeita integralização de todo.

Só assim se fixam e se exprimem as noções de interdependência e de integração intrínsecas à noção de estrutura, a qual, em sua unidade, traduz o conjunto das proporções e das relações dos elementos que a constituem.

Sobretudo, tendo-se eminentemente em vista que uma universidade não é uma realidade estática. Pelo contrário, deve ser essencialmente concebida como um organismo em desenvolvimento, supondo a pujante fecundidade e aplicação do princípio da pluralidade na unidade, característica de todo ativo que representa.

Isto é, uma estrutura de tal forma concebida que possa estar, permanentemente, em processo vital, sem que se prejudique o dado

fundamental da correlação orgânica imanente à noção mesma de estrutura.

Mas, para que o processo seja orientado com segurança e objetividade, é preciso não traumatizar a natureza das coisas. Melhor dizendo, a partir da análise da realidade e da própria evolução natural da instituição, deve-se procurar distinguir as suas tendências e definir os seus objetivos futuros, à luz de uma conceituação flexível e atualizada de universidade. Ou seja, tomando conhecimento de realidades existentes, agir sobre elas, utilizando os próprios fatores de transformação nelas contidos, para obter que a mudança necessária seja feita.

Foi o que procurou fazer a PUC, em subordinação a uma determinação de reforma, que vise emprestar-lhe a instrumentalidade necessária, para a consecução de seus objetivos e eficácia de sua ação.

DESCRIÇÃO DA REFORMA

A partir de uma concepção orgânica de estrutura e definida a função da universidade em seu triplice aspecto de pesquisa, ensino e serviço, são consideradas unidades constitutivas básicas os Departamentos e os Órgãos Complementares.

Como Departamento, entende-se uma unidade universitária que integra, acadêmica, científica e administrativamente, todas as disciplinas afins de um campo de conhecimento básico ou aplicado. Administrativamente, esta unidade reúne, em um só local, todo o Corpo Docente, todo o material de ensino e pesquisa e todos os estudantes que desejam ou devam seguir os cursos de seu campo de conhecimento. Acadêmicamente, contribui para a constituição dos planos de estudos das carreiras, em cujos currículos se encontram suas disciplinas. Está, pois, a serviço de todos os cursos da Universidade, além dos diretamente relacionados com sua área particular, nos níveis de graduação, pós-graduações, especialização e aperfeiçoamento ou extensão. Cientificamente, contribui para a integração dos projetos de que devam participar outros Departamentos, além da função própria de desenvolvimento da pesquisa em seu campo específico, para melhoria do ensino, ampliação do saber e descoberta de novas verdades.

Ao lado dos Departamentos, os Órgãos Complementares são unidades estruturais, sem comando da vida acadêmica, que se destinam a desenvolver atividades concernentes a determinadas áreas da ciência ou da técnica, através da realização de estudos e pesquisas, ou da prestação de serviços, podendo cooperar com as atividades específicas dos Departamentos.

Tanto os Departamentos quanto os Órgãos Complementares representam núcleos de concentração de recursos humanos e de equipamento, constituindo unidades administrativas, dirigidas por um Chefe, assistido por Comissões especializadas.

As unidades constitutivas afins agrupam-se em conjuntos orgânicos denominados CENTROS, subordinando-se, ^{em} cada um dos seus aspectos funcionais, a órgãos administrativos interdepartamentais, ou seja, às Vice-Diretorias de Pesquisa, Ensino e Serviço.

No setor de ensino, as atribuições dos Coordenadores de Cursos se relacionam com a orientação, coordenação e fiscalização das atividades letivas, em âmbitos explícitos, abrangendo as áreas dos Departamentos integrados nos respectivos cursos, bem como a cooperação com os Chefes dos Departamentos, na elaboração das ementas dos programas das disciplinas e nas modificações dos currículos dos cursos.

As atividades de cada Centro são coordenadas, através do Conselho Departamental e do Conselho Administrativo, por um Diretor, assistido pelos Vice-Diretores e com atribuições de administração, supervisão e fiscalização.

O Conselho Departamental regula as atividades acadêmicas e de pesquisa, competindo-lhe definir os programas de ensino. O sentido orgânico da reforma exige que a uniformidade dos programas seja estabelecida a partir de cada Departamento. De tal sorte, o professor perde a sua condição de árbitro do programa da disciplina de sua responsabilidade. E, desde que as atividades acadêmicas tornaram-se interdepartamentais, conseqüentemente, também a Congregação sofreu delimitação quanto às tradicionais atribuições relativas à programação do ensino. Não se pode elidir ter demonstrado a experiência constituir a Congregação, por sua própria natureza, um órgão inoperante. Assim sendo, na letra e no espírito da reforma, o Conselho Departamental assume o caráter de órgão colegiado equivalente.

O Conselho Administrativo normaliza a aplicação dos recursos materiais do Centro, no plano de sua tríplice finalidade, e em relação ao planejamento de atividades futuras, ou seja, analisa e aprova o orçamento-programa do Centro, bem como os seus projetos de desenvolvimento, competindo-lhe, ainda, a fiscalização da execução orçamentária.

A organização didática supõe a ministração de cursos de graduação, de pós-graduação, de especialização e aperfeiçoamento e de extensão.

Os cursos de graduação e pós-graduação obedecerão ao regime de créditos e os demais, a normas prefixadas pelos órgãos competentes dos Centros.

Para cada curso de graduação, organizar-se-á um currículo pleno, cujas disciplinas poderão ser homogeneizadas em cada Centro, em ciclo básico preparatório comum, agrupando-se, em nível posterior, por áreas de especialização.

Os cursos de pós-graduação, sendo, como são, cursos de alto nível, obedecerão a critérios estritos, para a obtenção dos graus de Mestrado e Doutor.

A exigência de tese para o Doutorado, ou seja, de contribuição original ao desenvolvimento da ciência, afigura-se como indiscutivelmente necessária, já que, em países em vias de desenvolvimento, é imprescindível estimular a criatividade, consistindo o grande problema que devem enfrentar, em encontrar soluções peculiares para situações diversificadas. A dinâmica da universidade brasileira, no processo nacional de desenvolvimento, só encontrará a sua plenitude quando, saindo ela da primitiva posição reflexa, puder, integralmente, atuar como causa do processo, contribuindo para mantê-lo auto-sustentado.

É de salientar que o regime de créditos preconizado propicia a articulação de cursos, valendo-se, simultaneamente, dos Departamentos de diferentes Centros, beneficiando aos alunos, por permitir-lhes a obtenção do grau, em um número maior ou menor de períodos letivos, obedecida a duração dos anos acadêmicos previstos por lei.

As disciplinas dos currículos se classificam como: básicas, profissionais e complementares, atribuindo-se-lhes caráter obrigatório ou eletivo.

Os candidatos à matrícula se inscreverão na seção especializada de Admissão e Registro, encarregada de acompanhar a sua vida acadêmica. Diplomas e Certificados, ao término dos cursos, serão conferidos pela Universidade.

O ano acadêmico será constituído por dois períodos letivos regulares e um período extraordinário. A previsão do período extraordinário (período de verão) busca atender a critérios de rentabilidade do potencial da Universidade, durante época que lhe permitirá, inclusive, reforçar o seu próprio corpo docente, com o concurso de professores visitantes provenientes de outras universidades.

Por outro lado, vantagens indiscutíveis resultarão para os estudantes, possibilitando, aos alunos deficientes, recuperarem-se em disciplinas em que, porventura, não tenham obtido os créditos necessários

e que ser-lhes-ão ministradas com o mesmo total de carga horária; e aos que se disponham a usar, em seu favor, o sistema, adiantando, em consequência, o término dos cursos, a faculdade de fazê-lo.

A carreira do professor e as normas relativas ao funcionamento dos órgãos e processos de administração escolar indispensáveis à implantação da reforma serão regulamentadas por Portaria, em função de competência atribuída à Reitoria pelos Estatutos e pelo Regimento.

Sendo, por definição, um sistema de ação cooperativa racional, a administração inicia e controla os processos de mudança. O conceito de ação racional deve ser colocado no centro da atividade administrativa. Supõe, portanto, a autoridade necessária para a realização dos objetivos previstos.

A estrutura operacional da reforma atribui aos órgãos de decisão a instrumentalidade de que carecem para o exercício de suas funções.

A unificação dos serviços, traduzindo a sua eficácia pela descentralização do comando, importa na atribuição de competência aos executivos, em cada grau, de forma a garantir-lhes poder de decisão, em subordinação às normas emanadas dos órgãos competentes, porém, revestindo-os da autoridade indispensável à plena consecução da ação programada.

A delegação de competência imprime responsabilidade, o que pressupõe, em casos controversos, o pronunciamento dos colegiados. Estes, portanto, além de órgãos normativos e fiscalizadores, funcionam como instâncias de recursos.

A Reitoria passa a contar com os elementos indispensáveis ao uso de suas atribuições.

Para a alta orientação e direção da Universidade, o Reitor, assistido pelo Conselho Universitário, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Desenvolvimento, será auxiliado por Vice-Reitorias especializadas e disporá de duas Assessorias Técnicas: a Assessoria Jurídica e a Assessoria de Planejamento, incumbida esta última da tarefa de elaboração do Plano Diretor.

A Vice-Reitoria de Assuntos Administrativos compete a atividade gerencial, bem como a elaboração do Orçamento-Programa e o acompanhamento de sua execução, a elaboração do Plano de Contas, a administração do "campus" e a política de aperfeiçoamento do pessoal administrativo.

Os encargos de ordem financeira são atribuição da Vice-Reitoria de Assuntos de Desenvolvimento, cabendo-lhe a responsabilidade de obtenção dos recursos necessários ao provimento do Plano Diretor.

À Vice-Reitoria de Assuntos Acadêmicos, incumbe a superintendência das atividades acadêmicas, a elaboração do plano global de ensino e pesquisa, a coordenação central das atividades de pós-graduação e o estabelecimento de normas para a publicação dos trabalhos didáticos e científicos da Universidade. A ela está diretamente ligada a Biblioteca Central e subordinados os serviços de registro de alunos e professores, competindo-lhe, em obediência às normas que definirão a carreira universitária, planejar, orientar e propiciar oportunidades ao aperfeiçoamento do pessoal docente.

Uma universidade é, essencialmente, uma comunidade e é enquanto comunidade que pode e deve atuar, com maior força de presença, no seio da comunidade maior em que está inserida. Nunca, portanto, será demais enfatizar o papel que devem representar, na vida universitária, as atividades de grupo e os seus organismos associativos. Compete à Vice-Reitoria de Assuntos Comunitários coordenar estas atividades e promover o senso social, como manifestação cristã de testemunho, desenvolvendo o espírito de solidariedade universitária, baseado na fraternidade e na amizade. Através a criação de serviços de interesse do corpo discente, entre os quais se inclui a obtenção de estágio e empregos, e o estímulo às atividades extracurriculares, a Vice-Reitoria de Assuntos Comunitários, em etapas sucessivas, deve tender à objetivação de uma série de medidas indispensáveis à satisfação das aspirações dos alunos, oferecendo-lhes oportunidade de iniciativas que, embora tradicionais na universidades europeias e americanas, são meramente episódicas, em nosso meio. No entretanto, estas atividades não podem ser descuradas, pelo que representam como fator educativo e poderoso elemento de integração universitária. No plano mais elevado de suas atribuições, compete a esta Vice-Reitoria orientar e coordenar a pastoral universitária.

A atividade normativa, acadêmica e jurisdicional de superior instância será exercida pelo Conselho Universitário.

O Conselho de Administração tem como atribuições fundamentais a administração do patrimônio, a aprovação do Plano Diretor, do Orçamento-Programa e da Prestação de Contas, bem como a fixação das anuidades e da política salarial.

O Conselho do Desenvolvimento, com funções de consultoria e assessoramento, trará à Universidade a experiência de membros proeminentes da comunidade, articulando a interligação entre a Universidade e a Indústria, analisando e emitindo parecer sobre o orçamento-programa e os balanços, aconselhando sobre transações econômicas de aquisição ou alienação de bens e atuando, no campo financeiro, no sentido da obtenção de recursos para suporte do Plano Global e do Plano Diretor.

Católica e Pontifícia, a Universidade tem como suprema autoridade o Arcebispo Metropolitano da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com o título de Grão-Chanceler e as atribuições de zelar pelo respeito à integridade dos princípios da doutrina e moral católicas e pela fiel observância das prescrições canônicas aplicáveis.

A concepção da reforma, fundamentada sobre uma estrutura essencialmente orgânica, tem como objetivo flexibilizar a atividade pedagógica, concentrando recursos humanos e de equipamento em núcleos à disposição de todo o sistema. Por sua própria natureza, pois, os Centros são entidades abertas e interparticipantes, mantendo-se, através de suas atividades departamentais e não-departamentais de pesquisa, ensino e serviço, em permanente relacionamento.

Seria inconcebível, na atual fase de evolução científica da humanidade e quando se propõe a atualização de métodos e processos de funcionamento da Universidade, a existência, no seio de sua estrutura, de organismos estanques.

Os diversos ramos da ciência tendem a se tornar comunicantes, complementando-se uns aos outros. E tão estreita se mostra esta ligação que a associação de áreas até então distintas vem propiciando o surgimento de campos inéditos de conhecimento e pesquisa, com características peculiares, somando atividades e interesses de um e outro ^{ramo} anteriormente não interligados. De originariamente analítica, em sua essência, a ciência contemporânea procura aproximações e sínteses. E, indistintamente, recorre à Matemática, em qualquer de suas aplicações.

O sistema, de outra parte, suporta e supõe a possibilidade de desdobramento dos Departamentos, à medida que determinadas disciplinas integradoras de cada um deles, pelo desenvolvimento e crescente projeção de atividades, indiquem a necessidade de autonomia, passando a cons

tituir, por sua vez, células distintas. Este desdobramento representaria uma manifestação de dinamismo, pressupondo não apenas o surgimento de outros Departamentos, nas entidades orgânicas já existentes, senão também, em etapa posterior de crescimento, mesmo de outros organismos constitutivos de novos Centros, a se vincularem à articulação geral do conjunto. O que traduz ausência de rigidez, na estruturação da reforma, e manifesta a intenção de flexibilidade que se lhe buscou imprimir, para assegurar a indispensável expansão e continuidade do processo vital da Universidade.

A 13 de outubro, o Egrégio Conselho Universitário deu por encerrada a análise, aperfeiçoamento, redação final e aprovação do texto dos Estatutos e do Regimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

É de se salientar o minucioso cuidado com que se houve o supremo colegiado da Universidade, no exercício de sua privativa competência, ao discutir e aprovar a Lei Orgânica que passará a reger os destinos da PUC.

E deve-se mencionar, ainda, com desvanecimento, a colaboração do corpo discente, através de detalhado estudo do Projeto, apresentado pela representação do DCE, e conseqüente formulação de emendas, entre as quais se destaca a relativa ao Capítulo III, do Título IX dos Estatutos, que define a sistemática das Associações dos Estudantes, emenda: esta que mereceu integral aprovação do plenário.

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

No atual estágio de evolução da PUC, determinou o Conselho Universitário fôsem constituídos quatro Centros:

1. CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS, compreendendo os Departamentos de Teologia, Filosofia, Educação, Psicologia e Letras.
2. CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, englobando os Departamentos de Sociologia, Economia, Ciências Jurídicas, Ciências da Administração, Serviço Social, Comunicação Social, História e o de Geografia.
3. CENTRO TÉCNICO-CIENTÍFICO, correspondente às áreas das ciências exatas básicas e aplicadas e abrangendo os Departamentos de Matemática, Física, Química, Ciência dos Materiais, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Metalúrgica e Engenharia Industrial.
4. CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DE MEDICINA, o qual, embora ainda incipiente, deverá articular as atividades ligadas à Enfermagem, à Odontologia e à Medicina.

Posterior expansão da Universidade permitirá o desdobramento destas Unidades, na linha prefixada pelo órgão competente.

...|...

Ao longo da História, outras instituições exerceram ação de influência indispensável, para orientar, numa direção ou noutra, o sentido das transformações peculiares às etapas sucessivas da civilização. Em nosso século, este papel parece ter sido atribuído, essencialmente, à Universidade. A função tradicional de educar a juventude, de transmitir e fecundar conhecimentos permanece a mesma. Mas, compete-lhe, cada vez mais agora, exercer liderança, oferecendo, neste "turning point" da História, as soluções válidas, a orientação precisa, os elementos humanos capazes de rigorosa reflexão crítica, visão segura e do exercício de atividades, em todos os ramos de competência, de que carece uma sociedade em mudança, para o encontro de seu verdadeiro destino.

A fim de que a Universidade funcione como núcleo organiza -

dor da nova implosão urbana, diz Lewis Mumford, não deve apenas estruturar e descentralizar os seus serviços, mas, também, passar por uma transformação interior: da pedagogia para a "paideia", da ciência para a sabedoria, do desprendimento para o compromisso.

Assim sendo, o conhecimento, que é o centro de sua atividade, não se limitará à ordem natural das coisas, mas só se realizará, integralmente, no encontro de valores mais altos. Para que, diversificando-se no sentido de um crescimento interior, possa realizar-se como cultura, ou seja, como parte essencial de um humanismo válido para nosso tempo e que, em termos de ascese, não páre em sua dinâmica. Pois a verdadeira educação, diz a "Gravissimum Educationis" objetiva a formação da pessoa humana, em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem da sociedade.

Conseqüentemente, a filosofia da educação que deve prevalecer numa Universidade Católica exige o compromisso explícito com um tipo de responsabilidade que constitui a missão fundamental da universidade contemporânea. A própria inteligência do sentido de inserção no seu meio e na sua época que, em termos da realidade brasileira, obriga a universidade a se definir como a matriz do processo de desenvolvimento, está a exigir uma nova conceituação do humanismo.

Para que a ciência e a tecnologia sejam colocadas a serviço do homem, como instrumento de promoção humana, é mister que, ao desenvolvimento, no dizer da Mater et Magistra, "problema chave de nosso tempo", seja emprestado um sentido humano. Se a finalidade do desenvolvimento é a promoção do homem, na busca de sua plenitude, todo desenvolvimento deve visar ao crescimento generalizado de todo o humano, ou seja, do homem total, em sua polimorfa realidade material, cultural, social, moral e espiritual.

Projetando-se, como se projetou, na linha das ciências básicas e da tecnologia, a par dos campos em que se desenvolvem as ciências sociais, a Pontifícia Universidade Católica respondeu ao imperativo de necessidades brasileiras.

Se a industrialização é o processo indispensável para levar as economias em vias de desenvolvimento à obtenção dos padrões necessários ao bem estar do maior número, às Universidades, compete uma ação essencial, na formação de cientistas e tecnologistas e na preparação, em nível avançado, do potencial humano, do qual dependem os projetos de

reaparelhamento econômico e a adequação, através da pesquisa, dos processos tecnológicos às peculiaridades da economia nacional.

Por outro lado, a tomada de consciência do fenômeno histórico do desenvolvimento adquiriu, em nosso século, através da programação social, uma nova dimensão. Toynbee afirma que estamos emergindo da era da técnica e entrando na era da organização. Assim sendo, a transformação tecnológica, que está na origem do processo de industrialização, veio encontrar, em nossa época, com o desenvolvimento dos estudos sociais, uma complementação indispensável, permitindo a coordenação e comando do processo, através dos instrumentos de planejamento, não somente ligados aos aspectos econômicos, mas às diversas implicações que lhe são inerentes, no plano das ciências humanas.

João XXIII, na admirável "Pacem in Terris" afirma que "a cultura atual salienta-se, sobretudo, por sua índole científica e técnica. Assim, ninguém pode penetrar nas suas instituições, se não for cientificamente competente, tecnicamente capaz, profissionalmente perito. Requer-se, ao mesmo tempo, que desempenhe essas atividades (de ordem temporal) ... como resposta positiva a um mandamento de Deus, colaboração à Sua ação salvífica e contribuição pessoal à realização de Seus desígnios providenciais na história. Numa palavra, requer-se que as pessoas vivam, no próprio íntimo, o seu agir de cultura temporal, como uma síntese dos elementos científico-técnico-profissionais e dos valores espirituais."

A importância da ciência não se restringe ao conhecimento dos fatos. Se a civilização contemporânea rejeita a figura do pesquisador solitário, do indivíduo que entesoura conhecimentos sem potencialidade dinamizadora, simultaneamente, chegou à evidência de que a importância da ciência reside, antes que tudo, na possibilidade, de, através da experiência e da interpretação, conduzir aqueles que a praticam à verificação e purificação do próprio aparelho conceitual. Por isto mesmo, não é possível que, em nível universitário, a especulação pare no limiar das causas mais altas. A formação profissional se ressent, assim, da ausência de uma infra-estrutura cultural, ou seja, da sedimentação indispensável, para emprestar à atividade do trabalho aquela dimensão que lhe confira a plenitude da dignidade. E que, por força da própria consciência desta dignidade, adquira uma projeção exaltante, quer no plano humano, quer no plano social.

Na medida em que não ousarmos levar o raciocínio dos alunos a planos mais largos de especulação, estaremos limitando o seu campo de consciência dos fenômenos. Estaremos correndo o risco de fazer, apenas, transmissão de ciência, transplantação de conhecimentos elaborados em outras latitudes. Não estaremos, suficientemente, desenvolvendo inteligências, de forma a torná-las capazes de autonomia e inspiração criadora.

Ora, os problemas brasileiros são particularmente específicos e exigem uma preparação cultural suscetível de propiciar o encontro das respostas eficazes e das soluções adequadas a resolvê-los, genuína e integralmente. Sob pena de nos conservarmos subsidiários, meros repetidores, despojados daquele princípio atualizador de energias, apto a conceber e a realizar, apropriada e singularmente.

Isto é válido para a formação integral de cientistas exatos e de tecnologistas, assim como se aplica, e com maior força de razão, na formação de cientistas sociais. O cientista social é alguém que vai lidar com fatos humanos. A solução dos problemas humanos exige uma formulação muito precisa, alicerçada em princípios insuscetíveis de desvios, resultantes de fundamentação discutível.

Sendo o trabalho uma atividade humana e de natureza, antes que tudo, espiritual, conseqüentemente, é uma atividade da pessoa humana e de sentido, pois, eminentemente axiológico.

Inútil seria, portanto, acentuar a responsabilidade e a grandeza do trabalho de nível universitário, do trabalho de natureza intelectual. Todas as demais implicações são mera conseqüência.

Por isto mesmo, Robert S. Woodbury, chamando a atenção para o fato de que a técnica, amputada da cultura, é atividade árida e desumanizante, conclui considerações expedidas na "Technological Review", órgão do MIT, e suberdinadas ao título: "Science, Engineering and the Humanities": "To do otherwise is to court the disaster that is inevitable if the study of Nature is cut off from the study of Man."

Pela mesma razão, o Presidente da Harvard afirmava: "... Harvard was first a college, and the college remains at the center of the University to-day. It is rightfully the center because a desinterested love of learning is here first implanted in its students and it is here that this love is most devotedly and consistently served... To me it seems

not too much to say that the transforming task of the college is almost the very sine que non of civilization, itself."

Porque toda ciência, qualquer ciência, é uma das numerosas formas de olhar a realidade, uma das dimensões da cultura. Por essencialmente analítica, tende à compartimentação através a especialização.

A cultura, porém, em sua compreensão total e como expressão de universalidade, é, antes que tudo, uma síntese. Abarca perspectivas várias, admite adjetivação, mas, em essência, é ecumênica: parte do homem e visa ao homem, com propósito de definição e de ascensão, supondo uma cosmovisão, como ponto de referência, mas uma afirmação de valor, como objetivo precípua.

Por isto, a cultura é, sobretudo, um humanismo. E, em consequência, está estruturalmente, ligada a conceitos axiológicos e teleológicos e não, apenas, aos puramente científicos ou tecnológicos.

Assim sendo, a cultura é um crescimento interior e não se limita à capacidade maior ou menor de domínio sobre a natureza e nem, tampouco, à simples acumulação de conhecimentos gerais.

A cultura, porque é uma manifestação de humanismo, diz respeito ao homem. É uma possibilidade de afirmação de suas virtualidades. De afirmação de si mesmo.

Cada civilização específica requer a habilitação de elementos humanos para a realização de suas tarefas. O que se trata, porém, é de bem compreender que qualquer tarefa, para que possa ser, realmente, civilizadora, tem de se assentar sobre valores de liberdade.

Dar atualidade às tarefas humanas, no plano direcional, no plano de coordenação e no plano de execução, através de um sistema de educação condicionado pelas exigências do mundo em que vivemos mas sempre voltado para a compreensão de que o homem é o valor supremo - este é o objetivo máximo que se deve buscar no esforço educativo. Para que o educando possa, por suas virtualidades desenvolvidas, atingir aquela plenitude que é o fim da educação definida como processo. E para que o poder do homem, dilatado pela ciência, seja colocado a seu serviço. De tal sorte que, "promovendo o desenvolvimento integral da pessoa humana, contribua, ainda, para modelar o bem da sociedade terrestre e a edificação do mundo, de maneira mais humana."

O Relatório Robbins, certamente um dos documentos fundamentais sobre o ensino superior em nossa época, malgrado a ênfase emprestada à necessidade de desenvolvimento dos estudos científicos e tecnológicos, na Inglaterra, afirma, no parágrafo 508, à pág. 165: "any decline or weakening in the study of the humanities would impoverish the intellectual and spiritual life of the country."

Por tôdas estas razões, o CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS deve constituir o "core" da Universidade, de tal sorte que, antes de qualquer outro compromisso, incumba-lhe a finalidade de realizar, em plenitude, o conceito de educação formulado pela PUC.

Evidentemente, para atingir este "desideratum", terá não apenas de estruturar de forma compatível a sua composição, mas, ainda, de equacionar uma política de formação de quadros, a serem preparados, à base de um planejamento que pressuponha tôdas as etapas necessárias de desenvolvimento, no mais curto prazo possível. E de estudar o sistema curricular e o planejamento de cursos suscetíveis de informar todos os demais Centros da Universidade.

Englobando os Departamentos de Teologia, de Filosofia, de Educação, de Psicologia e de Línguas e Letras, sua responsabilidade, no plano da formação educativa, é da mais alta relevância.

A PUC entendida como um Centro de elaboração, expressão e comunicação de uma cultura humanista e cristã encontrará, no CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS, o principal instrumento de realização de seus objetivos.

A pesquisa da Verdade e do Bem supõe a encarnação da Verdade na Vida. Compreendendo que a Teologia e a Filosofia constituem disciplinas básicas de formação, tanto no plano espiritual quanto no plano cultural, compete-lhe emprestar-lhes a necessária preeminência. De tal sorte que a Teologia, definida como ciência e servida por atualização metodológica e espírito de investigação, não se restrinja ao estudo abstrato de proposições dogmáticas, mas, inserida na problemática da vida presente, seja suscetível de traduzir, no campo da Pastoral, a espiritualidade de nosso tempo. Para que, na abordagem dos temas contemporâneos e, sobretudo, daqueles vinculados ao contexto de que participamos, possa, por exemplo, exprimir às almas sedentas de uma definição em profundidade, o sentido do que já se denomina hoje, com enorme força de co

notações, de Teologia do Desenvolvimento.

"Ao longo da História, a Religião se manifesta como um campo sempre presente na vida humana e como exigência de suprema explicação do Cosmos. A uma Universidade Católica compete a tarefa de desenvolver a revelação divina, em tãda a sua extensão e profundidade e em relação às idéias humanas, ao desenvolvimento das ciências e aos critérios de valorização professados pelos homens." (Mons. Fidel Tubino).

A noção do saber, em seu mais alto grau de excelência, supõe a convergência de mestres e alunos para a Verdade, exigência fundamental da razão humana. A busca do conhecimento como unidade orgânica, em decorrência da própria unidade do universo, propicia a formação orientada para a reflexão e a síntese, de tal sorte a colocar as áreas do saber, numa hierarquia ontológica e valorativa, estabelecendo-lhes a interdependência. Assim sendo, a Filosofia, como disciplina do espírito, passa a exercer a função política de "scientia reatrix", ordenando a universalidade do saber. Pois, apurando o raciocínio dos que deve formar, pelo desenvolvimento do juízo, do senso crítico e do discernimento, não se limita à ordem dos fenômenos e busca um conjunto de verdades centrais sobre a estrutura do mundo, a essência do homem e a natureza da vida. A Ciência se transforma, assim, em Sabedoria e se projeta na "praxis" como um princípio dinâmico, capaz de modelar a conduta pela Verdade contemplada. Tal atitude traduz a presença do "hábito filosófico", de que nos falou Newman, e que constitui a essência do espírito universitário.

Em cada setor do conhecimento, estaria presente a Filosofia, adequando-se às necessidades específicas a que deverá atender. No campo, por exemplo, das ciências exatas e aplicadas, os alunos encontrariam grande gosto e singular oportunidade, para desenvolvimento de sua base científica e aparelho conceitual, ao ser-lhes aberta a abordagem da Filosofia da Ciência e da Filosofia da Matemática.

E, diversificando o exemplo, é incontestante que, no campo das ciências sociais, a Antropologia Filosófica apresenta-se como instrumento indispensável para a necessária sedimentação cultural, elucidação e aprofundamento de problemas.

Quanto à língua, a primeira aquisição cultural é a língua pátria. Constitui ela um tipo de estrutura psicológica e, no caso do Bra

sil, representa um dos fundamentos da unidade nacional, revelando o seu vigor como princípio de aglutinação. A linguagem, tanto falada como escrita, é pedra angular de qualquer cultura. E, como processo de comunicação, enriquece-se pelo conhecimento do idioma e das expressões literárias de outros povos.

Por sua vez, ao Departamento de Educação, em estreita interligação com o de Psicologia, compete uma função de responsabilidade indiscutível. O esforço pela educação tornou-se um dos maiores objetivos do mundo moderno. Os países desenvolvidos não se recusam investir, com a maior generosidade, em educação. Por isto mesmo, a PUC tem de utilizar o seu Departamento de Educação como um centro de estudos que, gradativamente, abranja os problemas específicos da própria Universidade, mas, também, aqueles ligados à problemática brasileira, além de atividades que dizem respeito ao campo da educação comparada.

A valorização dos recursos humanos é parte essencial do desenvolvimento integrado. E não se pode realizar em abstrato, mas somente em relação a situações concretas e visando objetivos, cuja definição implica em conceitos filosóficos e culturais básicos.

O desenvolvimento dos recursos humanos exige o equilíbrio de diferentes fatores, que para ele contribuem. Qualquer plano racional, nesta linha, deve levar em consideração a totalidade do homem. Esta é uma das funções mais graves que competem a uma universidade católica.

Medida salutar seria, ainda, aquela que levasse a todos quantos se destinassem à carreira do magistério na PUC a se submeterem a um ano de preparação didática, no Departamento de Educação, à semelhança do que ocorre na Inglaterra, com a obrigatoriedade de estágio, por igual período, dos futuros quadros docentes, nos "Colleges of Education" ("Teacher's training")

Aliás, um dos objetivos mais urgentes e úteis de departamentos como este seria o estudo de métodos e critérios e o estabelecimento de um sistema de didática do ensino superior.

Reportando-nos a recente obra publicada sob o título: "Cultura e Universidade", lembremo-nos que é na distinção dos conceitos de ciência e cultura que se encontra o sentido profundo da missão da universidade, que "poderá vir a definir-se dentro do universo cultural que é o nosso, desde que aceitemos atribuir-lhe uma parte - e essencial - na

edificação de um humanismo para o nosso tempo, na conquista de um horizonte de cultura, no qual se integre a função humanizadora da técnica. "E, complementando o pensamento, conclui seu ilustre autor: "É sem dúvida neste contexto e nesta perspectiva que se pode pensar na universidade como o lugar privilegiado da reflexão, que se exerce sobre a própria visão do mundo, um lugar de uma filosofia em vital continuidade com a criação científica e com as realidades histórico-sociais, que nela encontram sua mais alta expressão racional".

Pois, só pela formação integral do homem e pela comunicação do espírito de síntese, pode, realmente, a Universidade emprestar à sua ação, em todos os planos, uma fecundidade transformadora. Esta é a missão máxima que lhe compete e a que não pretende faltar, no quadro da realidade brasileira, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

REFORMA DA P.U.C.

OBJETIVOS

Concentração de recursos
Flexibilidade pedagógica
Unificação dos serviços
Descentralização do comando

DEFINIÇÃO

UNIVERSIDADE

Pesquisa
Ensina
Presta serviços

Através de:

Departamentos
e
Órgãos Complementares

Que se agrupam em:

CENTROS

GRÃO-CHANCELER

Cons. Administração

Cons. Universitário

Cons. Desenvol.

REITOR

Ass. Planejamento

Ass. Jurídica

Vice-Reitor
de Assuntos
Desenvol.

Vice-Reitor
de Assuntos
Administ.

Vice-Reitor
de Assuntos
Acadêmicos

Vice-Reitor
de Assuntos
Comunitários

Centro de
Teologia e
C. Humanas

Centro de
C. Sociais

Centro Tecn.
Científico

Centro de
C. Biológicas
e Medicina

Cons. Administr.

Cons. Departament.

Diretor

V. Diretor
Pesquisas

V. Diretor
Ensino

V. Diretor
Serviços

Departamentos

Órgãos
Complement.

- CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO**
E APERFEIÇOAMENTO Os cursos de especialização e aperfeiçoamento se destinam a profissionais de nível superior e visam respectivamente à formação em uma especialidade profissional e a promover o aprofundamento de conhecimentos e técnicas em área limitada do saber.
- CURSOS DE EXTENSÃO** Cursos que se destinam a ampliar a ação na comunidade através de programas culturais, científicos ou técnicos, não exigindo, necessariamente, diploma de nível superior para a matrícula.
- CURSO DE GRADUAÇÃO** Conjunto de atividades pedagógicas sistematizadas, destinadas à formação para o exercício de profissões liberais ou de atividades culturais, científicas ou técnicas, conferindo diploma e grau acadêmico.
- CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO** Os cursos de pós-graduação, abertos a portadores de diploma de curso de graduação, se destinam a proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada aos diferentes ramos do saber e conduzem à obtenção de grau acadêmico, em níveis de Mestrado e Doutorado.
- DEPARTAMENTO** Unidade constitutiva que concentra, acadêmica, científica e administrativamente as atividades de pesquisa, ensino e estudo concernentes a um setor específico do saber.
- DIPLOMA** Documento que comprova a atribuição do grau acadêmico.
- DISCIPLINA** Matéria de estudo didaticamente organizada.
- DISCIPLINA ELETIVA** Disciplina que o aluno deve cursar, sendo-lhe permitida, contudo, a escolha en-

DISCIPLINA ELETIVA	tre outras facultadas pelo órgão competente; os créditos obtidos com a aprovação nesta disciplina serão contados para efeito de obtenção do grau.
DISCIPLINA FACULTATIVA	Disciplina cujo atendimento é permitido ao aluno, mas cujos créditos não são exigidos para efeito de obtenção de grau.
DISSERTAÇÃO	Exposição desenvolvida escrita ou oral.
DISSERTAÇÃO OU TESE PARA MESTRADO	Exposição escrita desenvolvida, na qual o candidato revele domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização.
EMENTA	Sumário do programa da disciplina.
ENTIDADE UNIVERSITÁRIA	Conjunto orgânico de unidades que compõem a universidade.
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	Atividade de aprendizagem prática, supervisionada, que promova o desenvolvimento da capacidade profissional, científica, técnica e cultural do aluno, coordenada por órgão próprio da Universidade.
GRAU ACADÊMICO	Título conferido pela universidade ao término dos cursos de graduação e pós-graduação.
GRAU FINAL	Grau que define o aproveitamento final do aluno em uma disciplina ou estágio supervisionado.
GRAUS DE QUALIFICAÇÃO	Gráus oficialmente atribuídos ao aluno por disciplina cursada, em cada período letivo.
ÓRGÃO COMPLEMENTAR	Unidade constitutiva, sem comando da vida acadêmica, que se destina a desenvolver as atividades concernentes a de

ÓRGÃO COMPLEMENTAR	terminadas áreas da ciência ou da técnica, através de realização de estudos e pesquisas ou da prestação de serviços, complementando as atividades específicas dos Departamentos.
ORÇAMENTO-PROGRAMA	Previsão orçamentária do programa da Universidade.
PESQUISADOR	Membro da unidade constitutiva com função específica de pesquisa e atribuições definidas no quadro da carreira.
PLANO DIRETOR	Planejamento projetivo do desenvolvimento da universidade.
PLANO GLOBAL	Programa de atividades acadêmicas e administrativas da universidade para um determinado exercício.
PLANO DE ENSINO	Planejamento da execução do programa da disciplina.
PROFESSOR	Membro do corpo docente com funções didáticas pelo quadro da carreira universitária.
PROFESSOR ORIENTADOR DOS ALUNOS	Membro do corpo docente encarregado de exercer a função de aconselhamento em relação à vida acadêmica dos alunos, orientando-os na escolha de disciplinas e obtenção de créditos.
PROGRAMA DE DISCIPLINA	Delimitação do conteúdo de cada disciplina.
PROGRAMA DE ESTUDOS	Conjunto de atividades acadêmicas visando qualificação para obtenção de um título.
SEMINÁRIO	Atividade de grupo programada e sistematizada para a análise de assuntos de natureza acadêmica.

- SISTEMA DE CRÉDITO Regime acadêmico em que o trabalho escolar é medido por unidades de crédito.

- TEMPO INTEGRAL Regime de trabalho que exige um mínimo de 36 horas semanais de atividades dentro da universidade.

- TEMPO INTEGRAL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA Regime de trabalho de 44 horas semanais, que inclui uma cláusula contratual excludente de qualquer atividade remunerada extra-universitária, salvo as que representam alto interesse nacional ou da universidade, a critério do órgão deliberativo próprio.

- TESE DE DOUTORADO Apresentação escrita de trabalho de pesquisa, importando em real contribuição para o desenvolvimento da ciência.

- UNIDADE CONSTITUTIVA Órgão estrutural com atribuições de pesquisa e ensino ou de serviço.

- UNIDADE DE CRÉDITO Medida da atividade acadêmica, em cada disciplina, correspondente a um mínimo de 15 horas de preleção ou trabalho escolar equivalente, por período letivo.

..|..

REFORMA DA P.U.C.

REITOR: P. Laércio Dias de Moura S.J.

ELABORAÇÃO DO PROJETO: Profs. P. Antonio Amaral Rosa S.J.

Paulo Novaes

Suzana Gonçalves

COMISSÃO DE REVISÃO:

P. Laércio Dias de Moura S.J. (REITOR)

Vice-Reitores: P. Pedro Belisário Velloso, P. Antonio Amaral Rosa, P. Raul Laranjeira de Mendonça.

Professores:

Almyr Maurício, P. Antonius Benko, Antonio Cesar Olinto de Oliveira, Aracy Cardoso, Aroldo Soares de Souza Rodrigues, Arthur Cesar Ferreira Reis, Carlos Alberto Serpa, Celetino Sá Freire Basílio, Celina Junqueira, Domínio Falcão Moreira e Silva, Egidio Faitin, Eurico Borba, Ir. Ester de Almeida Neves, P. Fernando Bastos d'Avila, P. Francisco Machado da Fonseca, P. Francis Roser, Francisco de Paula Satamini Flarys, Geraldo Siffert, Heitor Herrera, Helio Drago Romano, Humberto Portocarrero, João Cristovão Cardoso, P. José Mrazak, P. Leopoldo Hainberger, Leôncio Martins, Luis Roberto Candiota, Madre Maria Imaculada de Carvalho, Paulo Cesar Botelho Junqueira, Rudolph Hulman, Suzana Gonçalves, P. Thomas Cullen.

REDAÇÃO FINAL:

Profs. Celetino Sá Freire Basílio

João Cristovão Cardoso

Suzana Gonçalves

APRESENTAÇÃO:

Prof. Suzana Gonçalves

CONSELHO UNIVERSITÁRIO: Reitor: P. Laércio Dias de Moura S. J.

Membros natos:

P. Pedro B. Velloso, P. Antonio Amaral Rosa, P. Raul Laranjeira de Mendonça, Profs. Celetino Sá Freire Basílio, P. Antonius Benko, Helio Drago

Romano, Aracy Cardoso, Geraldo Siffert, Ir. Ester de Almeida Neves, Arthur Cesar Ferreira Reis, P. Thomas Cullen, Orandino Prado Filho, Edgard Froés da Fonseca, Maria Lelia Correa Gondim, Heitor Herrera, Aroldo Soares de Souza Rodrigues.

Membros com Representação:

Mons. Fernando Ribeiro, Mons. Aloisio Everton, Profs. José Barreto Filho, José Ferreira de Souza, Francisco de Paula Satamini Flarys, José Campinho Pereira, Adayr Eiras de Araújo, Ir. Maria Bernadette dos Santos, Paulo Cesar Botelho, Junqueira, João Cristovão Cardoso, Milton Cordovil, Sérgio Franklin Quintela, Erasmo Terra, Francisco José Calazans Falcon.

Representação Estudantil:

Paulo Guilherme Monteiro Lobato, Mário João Fortes, João Carlos Moreira Bessa.

Prof. João Cristovão Cardoso.

REIATOR:

..|..